



MEMÓRIA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2024

Ao quinto dia do mês de abril de 2024, das 10 às 12h00min, realizou-se por videoconferência a 61ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública. Estavam presentes os representantes das seguintes Instituições: Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Controladoria-Geral da União – CGU; Ministério Público de Contas do Estado do Paraná – MPC-PR; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Ministério Público do Trabalho – MPT; Receita Federal do Brasil – RFB; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família – SEDEF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. A sessão foi presidida pela Coordenadora Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, Dra. Luciana Carla da Silva Azevedo, e secretariada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Luciana (CGE/PR), abriu a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Passou a palavra para **Hillene (TRE/PR)**, que cumprimentando os presentes, informou a disponibilização pelo chat, de um link (para preenchimento do nome completo e da Instituição em que atua), para o registro de presença.

Luciana (CGE/PR) deu início à pauta – *Aprovação da Ata da 60ª Reunião Ordinária*, encaminhada com o ofício de convocação. Houve anuência dos seus termos, pelos membros do Colegiado, restando aprovada a ata, por unanimidade.

Dando seguimento à pauta, **Luciana (CGE/PR)** passou para o próximo assunto – *Apresentação do LicitaR pelo MPPR*. Passou a palavra para **Bruno Galati (MPPR)**, que apresentou Paulo Jhonny Scheleder da Costa Rosa, estatístico, que faz parte do Núcleo de Inteligência do MPPR e do CAEx, órgão que tem uma estrutura de servidores das mais diversas áreas de formação, incumbidos de subsidiar a atuação dos promotores de Justiça. Esclareceu que a ferramenta, LicitaR, busca os dados no



Portal do TCE, o que dificulta o manuseio e o tratamento das informações e que o ideal seria ter uma conexão de dados públicos entre os órgãos, uma vez que têm a mesma missão e o mesmo objetivo. Noticiou que foi assinado convênio, com o TCE, com o objetivo de conferir maior agilidade aos trabalhos, para que as informações possam ser apresentadas de forma automatizada e com maior profundidade. Informou que o MPPR está desenvolvendo uma outra ferramenta, para acompanhamento de obra pública, também por meio da busca de dados do TCE, que disponibiliza informações sobre obras, que já foram contratadas pelo setor público, identificando-as por município e por região, e faz uma conexão com um sistema de satélite, chamado Brasil M.A.I.S, que fornece imagens diárias, em alta resolução, para o acompanhamento de matas e florestas e, em uma adaptação para obras. Esclareceu: temos imagens diárias, permitindo um acompanhamento visual e tecnológico e, em alguns casos, fica muito fácil visualizar o andamento da obra, mas depende do aperfeiçoamento da ferramenta e outros órgãos estão convidados a participar desse processo.

Valdenice (MPT), cumprimentando a todos, noticiou que o MPT firmou, em nível federal, 2 (dois) termos de cooperação técnica, com foco na troca de experiências, boas práticas e capacitações de gestores públicos e fiscais de contratos e se disponibilizou a encaminhar o modelo, para que os integrantes do Colegiado, avaliem em suas instituições se há interesse em firmar esse acordo em nível estadual, para que nos estados também ocorram capacitações periódicas dos gestores e dos fiscais de contrato. Ficou acordado que o termo será encaminhado à Kallynca (CGE/PR) que irá disponibilizá-lo, junto com a ata da reunião, aos integrantes do Colegiado.

Bruno Galati (MPPR) informou que para acesso ao LicitaR deverá ser assinado um convênio, que será encaminhado aos Órgãos Partícipes, que tenham interesse. Comentou que a ferramenta permite análise, com sinalização, com alertas importantes sobre combinação de empresas, combinação de preço; análises que levariam semanas ou até meses, com trabalho de vários auditores, permitindo que o promotor na sua comarca, assim como o auditor, numa investigação, faça uma análise conjunta de várias informações referentes àquele tipo de licitação; destacou que a ferramenta está em constante desenvolvimento, mas hoje já é bastante útil, inclusive para o setor



de compras dos órgãos. Passou a palavra para Paulo Jhonny (MPPR), que iniciou a exposição.

Paulo Jhonny (MPPR), cumprimentado a todos, iniciou a apresentação, informando que a ferramenta busca os dados de licitações e contratos, trimestralmente, do Portal de Informações para Todos (PIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) e, a princípio, como no MPPR não havia uma ferramenta que proporcionasse um panorama geral nessa matéria, pensou-se em desenvolver uma que auxilie, não somente na gestão, mas também, na investigação. Informou que a ferramenta não é engessada, podendo ser incluídas ou excluídas informações; que a última atualização foi feita em março deste ano, e que a partir dela é possível fazer: **(i)** análise estatística e espacial de licitações e contratos realizados a partir de 2013; **(ii)** mapeamento da atuação de empresas fornecedoras; **(iii)** identificação de participação conjunta entre licitantes; **(iv)** análise de tipologias de risco representativas da prática de atividades ilícitas em licitações e contratos (RedFlags); e, **(v)** consulta automatizada de licitações, contratos e participantes. Mencionou que a plataforma foi dividida em 3 (três) partes: 1ª parte – trata dos procedimentos licitatórios; 2ª parte – de empresas fornecedoras; e, 3ª parte – de contratos públicos. A parte de procedimentos licitatórios, é o panorama geral, onde é possível a apresentação de estatísticas e visualização gráfica de dados como: total de procedimentos; procedimentos por município; média, mediana, mínimo e máximo – valor máximo global, sendo possível particionar a consulta por ano, modalidade de licitação, gepatria, município; distribuição do total de procedimentos licitatórios nos municípios do Paraná; posição de um determinado município em relação aos demais, em uma determinada modalidade de licitação e palavras mais frequentes nos objetos de licitação (foi criada uma nuvem de palavras para auxiliar na identificação, por meio de palavras-chave como saúde, obra, educação). Na parte de empresas fornecedoras é possível consultar uma lista de empresas licitantes, bem como suas respectivas estatísticas de participação em processos licitatórios e contratos firmados, podendo particionar a consulta por ano, gepatria e município; também é possível buscar participação conjunta entre empresas; estatísticas de participação e vitórias em processos licitatórios e região de atuação. Além disso, é possível verificar se há algum vínculo entre as empresas, a partir do quadro societário, no mesmo endereço, por exemplo. Na parte dos contratos, também é possível fazer o download de dados de



contratos públicos firmados com municípios do Paraná, a partir de 2013, de aditivos a eles vinculados; de licitações que os geraram; de itens licitados e de participantes relacionados. Além disso, é possível analisar uma lista de tipologias de risco de ilicitude (RedFlags) vinculadas aos contratos consultados. A pesquisa é realizada a partir da inserção de um CNPJ válido (empresa contratada) e/ou de uma descrição do objeto contratado, podendo particionar a busca por ano, geopatria e comarca. Foram automatizadas 17 (dezessete) tipologias. A divisão das tipologias foi feita considerando: **(i)** tipologias relacionadas ao processo licitatório ou contrato; **(ii)** tipologias relacionadas à empresa vencedora da licitação; e **(iii)** tipologias relacionados às empresas participantes da licitação.

Luciana (CGE/PR) elogiou e manifestou interesse na ferramenta. Informou que a CGE está desenvolvendo um projeto, Harpia, que tem uma parte em comum com o que está sendo apresentado.

Paulo Jhonny (MPPR) mencionou que a ferramenta não é engessada, possibilitando construir mais funcionalidades, auxiliando ainda mais os Órgãos.

Kallynca (CGE/PR) indagou se há no sistema documentos (da fase interna) do processo licitatório (ETP, TR), ao que **Paulo Jhonny (MPPR)** informou que, infelizmente, não há acesso à parte documental.

Maurício Cardoso (TJPR), cumprimentando a todos, elogiou a apresentação e considerou a possibilidade de contribuição da ferramenta, não somente com investigações, mas também com as áreas de compliance, gerenciamento de riscos e auditorias, parabenizando o MPPR, nas pessoas de Bruno Galati e Paulo Jhonny, informando que o TJPR terá interesse em celebrar uma parceria com o MPPR. Indagou se a ferramenta teria a possibilidade de gerar, pelo sistema, uma matriz de riscos, identificando os maiores riscos das contratações, ao que **Paulo Jhonny (MPPR)** informou que, da parte da RedFlags, é possível fazer uma matriz de riscos relacionadas aos contratos, mas em relação as empresas (perfil de empresas), a ideia é bastante interessante e pode ser implementada.



Mario Cecato (TCEPR) referindo-se à indagação de Kallynca (CGE/PR) informou que, no sistema do TCEPR, existe a ATOTECA, disponível para armazenar documentos, mas, como não há obrigatoriedade, os Municípios não o fazem; que quando o TCE identifica alguma situação, ele requisita a documentação para o Município. Informou que o sistema apresenta também o Mural de Licitações, para divulgação das informações relativas às licitações e contratos da Administração Pública Municipal. Informou, ainda, que pela aba do PIT, é possível identificar pelo empenho, em fonte de recursos, de qual área é a ação (saúde, infraestrutura, etc.).

Bruno Galati (MPPR) ressaltou que a melhoria da ferramenta está dependendo do acesso à base de dados do TCE. Destacou, ainda, a disponibilidade do MPPR em fazer uma apresentação específica para aqueles que manifestarem interesse na ferramenta.

Francisco Horst (RFB) parabenizou o MPPR, nas pessoas de Bruno Galati e Paulo Jhonny e indagou se essa apresentação foi feita à Comissão de Acesso e Intercâmbio de Informações, ao que **Bruno Galati (MPPR)** informou que, recentemente, não; mas que ela foi apresentada junto com um conjunto de ferramentas de inteligência. **Francisco Horst (RFB)** sugeriu que essa apresentação seja feita à Comissão, em função de sua importância, ao que **Bruno Galati (MPPR)**, se colocou à disposição.

Na sequência, **Paulo Jhonny (MPPR)** iniciou a apresentação da ferramenta para obtenção e informações relativas a obras públicas municipais e estaduais do Paraná. Esclareceu, que as principais funcionalidades da ferramenta são: **(i)** apresentação de diversas informações relativas a obras públicas municipais e estaduais do Paraná; **(ii)** análise estatística e espacial de dados de obras públicas; **(iii)** identificação de obras públicas associadas com fatores de riscos (RedFlags); **(iv)** consulta a imagens de satélite Planet Labs Inc mensais de obras públicas; **(v)** predição do tempo até a conclusão de obras públicas e de possíveis atrasos; e, **(vi)** download de dados de obras públicas. Informou que as obras são apresentadas em um mapa interativo, com atualização semanal, onde é possível analisar a distribuição espacial da localização de obras públicas municipais do Paraná e a situação da obra, de acordo com a classificação: concluída; em andamento; paralisada; não iniciada; cancelada; cadastro indevido e desconhecida. Mencionou que é possível acompanhar a obra pela



visualização espacial por meio de imagem de satélite. Passou a palavra para Maurielle (MPPR), para falar sobre as imagens.

Maurielle (MPPR), cumprimentando a todos, informou que é muito comum a visualização de dados geográficos por meio de imagens de satélite. Para esta aplicação, estão sendo usadas imagens de satélite de uma constelação chamada Planet. As imagens são obtidas por meio de um convênio da Polícia Federal, que permite o uso das imagens por inúmeros órgãos públicos do Brasil. Informou que o sistema permite o monitoramento diário e que as imagens são lidas e armazenadas em um banco de dados; que se uma obra está sendo acompanhada, é possível visualizar, dependendo do tamanho da obra, por meio da imagem, se houve uma mudança no território ou não. Esclareceu que existem obras que não têm uma visualização tão nítida, porque as imagens de satélite foram adquiridas para uma finalidade específica (monitoramento da floresta amazônica); locais onde não é possível a visualização com tanta nitidez, com tanto detalhe, é feita uma combinação de imagens de satélite do Google Earth com as da constelação Planet e mensalmente as imagens são organizadas no mosaico e disponibilizadas na plataforma.

Bruno Galati (MPPR) informou que o problema hoje é a imagem, por isso a intenção em trabalhar em bloco, para contratar imagens mais qualificadas, com maior proximidade, com atualização diária e com maior nitidez. Por isso, a imagem é um dado de inteligência que tem que ser complementado, mas a ferramenta já está pronta, apenas necessita melhorar a sua eficiência e os seus resultados.

Paulo Jhonny (MPPR), dando continuidade, informou que a ferramenta traz informações estatísticas, como: a quantidade total de obras e de bens vinculados, de acordo com o conjunto de filtros selecionados; a quantidade de obras concluídas dentro/fora do prazo; o gasto total em comparação com o gasto previsto e estatísticas de média e mediana, relacionadas ao tempo e ao gasto de cada obra. Esclareceu que é possível analisar a distribuição do quantitativo de obras com fatores de risco associados por comarca (quantidade de obras com alerta). Além disso, há uma lista RedFlags, relacionadas a obras, como: obra paralisada, obra atrasada, obra com valor acima do valor previsto, obras com medição de 100%, mas não concluídas, podendo ser criados outros indicativos de risco.



Bruno Galati (MPPR), destacou que o propósito do MPPR é aperfeiçoar, aprimorar essas ferramentas e permitir o uso pela população, pelos pesquisadores, porque possibilita a comparação entre os municípios em termos de gestão, esclarecendo que o controle tem que ser realizado pelos órgãos oficiais, mas a sociedade, como um todo, tem o maior interesse em utilizar essas ferramentas porque permitem obter inúmeras conclusões.

Luciana (CGE/PR) agradeceu a Bruno Galati e a Paulo Jhonny (MPPR) pela apresentação, elogiando a ferramenta e manifestando o interesse da CGE/PR em rever sua aplicação. Dando seguimento, passou para o próximo assunto da pauta – *Relato das Comissões Permanentes*, informando que Conrado (CGE/PR) Coordenador da Comissão Permanente de Acesso e Intercâmbio de Informações e Matheus Klaus (CGE/PR), Coordenador da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social não estavam presentes e que em relação à Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa, aguarda-se a indicação de substituto do Coordenador.

Bruno Galati (MPPR), a pedido de Conrado (CGE/PR) – Coordenador da Comissão de Acesso e Intercâmbio de Informações, noticiou que está agendada uma reunião, da Comissão, para o dia 19/04, e que não conseguiu avançar nas negociações com a Celepar em relação aos assuntos relacionados ao Terceiro Setor e que, portanto, esse tema será tratado na Comissão.

Luciana (CGE/PR) agradeceu e abriu a palavra, não havendo manifestações. A seguir, **convidando a todos, noticiou que a CGE** irá promover o 2º Congresso de Governança Pública, com o tema Ética e Transformação Digital; o evento será realizado nos dias 25 e 26/07/2024, na FIEP, com apoio do CONACI (controladores de todo país) e gostaria de ver se a Rede tem interesse em participar das palestras, das capacitações, auxiliar na avaliação dos artigos, enfim, dar um pouco de visibilidade do que é a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná. Sugeriu que poderia ser formado um grupo de trabalho, pelos órgãos que tenham interesse em participar.



Valdenice (MPT) manifestou o interesse do MPT em participar.

Bruno Galati (MPPR) sugeriu a Luciana (CGE/PR), em vista da assunção do novo Procurador-Geral, conversar com os novos indicados da área. Destacou que o projeto envolvendo Transparência está ativo e que foi assinado convênio com todas as universidades estaduais, e o objetivo é levar transparência, controle social e participação social, indo ao encontro da proposta de governança, de discutir a cidadania.

Kallynca (CGE/PR) se disponibilizou a entrar em contato com os representantes do Colegiado de cada Órgão, solicitando, aos representantes das comissões, que informem para os demais membros, caso não estejam presentes, que será realizada essa comunicação, em razão da necessidade de começar as ações do grupo de trabalho o quanto antes; estabeleceu o prazo até sexta-feira, próxima, para formalizar o grupo.

Luciana (CGE/PR) agradeceu a participação de todos e abriu a palavra para manifestações e nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião, agradecendo, novamente, a presença e a colaboração de todos.

DELIBERAÇÕES

nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Contatar os representantes do colegiado para viabilizar as ações, do grupo de trabalho, para o 2º Congresso de Governança Pública, promovido pela CGE/PR	CGE/PR	12/04/2024
2	Encaminhar o termo de cooperação técnica enviado pelo MPT	CGE/PR	Com o ofício de convocação